

APRESENTAÇÃO

A Revista do Legislativo Paranaense chega ao seu número 5 apresentando o Dossiê Políticas Públicas para as Cidades. Este é o primeiro número temático do periódico, cuja organização teve como convidados o professor associado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Aleksandro Pereira, o professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA), Lucas Mesquita, bem como o professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unila e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR, Ramon Blanco.

Sob a expertise desses docentes, buscamos estudos focados na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para as cidades, bem como sobre a formação de redes internacionais de cidades e a transferência e a difusão de políticas públicas com base nas experiências desenvolvidas pelas cidades da América do Sul. A seguir, apresentaremos os artigos selecionados.

O primeiro centra sua análise no papel exercido pelas cidades na gestão da questão imigratória. Para tanto, discorre sobre a importância da Rede de Mercocidades, formada por 341 cidades-membro em 10 países da América do Sul, para o compartilhamento de políticas públicas exitosas em diversas áreas. Os autores fizeram o levantamento e a análise qualitativa de legislações, normativas e práticas promovidas por algumas cidades da Rede, a fim de destacar as ações inovadoras de difusão de valores no quesito migratório, com ênfase na análise multinível da governança.

O artigo seguinte focaliza a função fiscalizatória do Poder Legislativo, no caso, a pesquisa investigou um conjunto de proposições legislativas denominadas Instrumentos de Fiscalização e Controle, elaboradas pelos Deputados Federais na 55.^a Legislatura (2015-2019). Os objetivos foram verificar se as áreas objeto desse tipo de fiscalização mais vezes também são aquelas que recebem maior volume de recursos públicos e também se a amplitude da fiscalização ocorria mais em nível local, nos municípios que são redutos eleitorais, ou se em nível nacional, setorial e regional.

Os resultados mostram evidências sobre como os deputados federais exercem a atividade de controle parlamentar, além de oferecer sugestões interessantes para aumentar a participação dos cidadãos na atividade fiscalizatória da Câmara dos Deputados.

Na sequência, temos um estudo que apresenta robusta descrição do processo histórico da construção jurídico-normativa dos mecanismos que possibilitam a gestão democrática das cidades no Brasil, que vai desde as primeiras mobilizações em torno da questão urbana em 1960, passa pelos movimentos sociais que pautaram a implementação do Capítulo da Política Urbana na Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, sua regulamentação pelo Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), chegando à criação do Ministério das Cidades em 2003, ao estabelecimento do Conselho das Cidades (ConCidades) no ano seguinte e ao início da Campanha Nacional Plano Diretor Participativo: Cidade para todos. Adicionalmente, explora-se o papel lúdico dos jogos da cidade, criados pelo Instituto Pólis e pela Ambiens Cooperativa, como parte das estratégias utilizadas para capacitar e incentivar dinâmicas participativas nas cidades.

Em seguida, incluímos um estudo de caso, que investiga de que maneira o Município de Marechal Cândido Rondon, Paraná, adaptou-se à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) criada pela Lei n.º 12.305/2010, que impôs funções aos municípios mediante a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. O estudo destacou ainda a importância dos municípios na gestão dessa política pública, que produz impactos muito além do aspecto ambiental.

Para finalizar o Dossiê, trazemos um estudo que discute Orçamento Público e seus aspectos jurídico-normativos. Como estudo de caso, analisa, ainda, o papel da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Paraná, no processo de discussão da Lei Orçamentária Anual do ano de 2019, focalizando principalmente a atuação das Comissões Mistas.

Boa leitura!

Roberta Picussa
Francis Fontoura
Dylliardi Alessi